



ANO 16 Nº 6
Junho de 2007

Carta de Conjuntura

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

A persistente crise da indústria calçadista gaúcha

As informações sobre o desempenho da indústria gaúcha de calçados no período jan.-abr./07, comparadas com as de igual período de 2006, mostram um agravamento das dificuldades enfrentadas. Nesse período, as vendas externas, em pares e em valores, caíram 13,8% e 1,7% respectivamente, enquanto a produção registrou uma drástica redução de 15%. As explicações para esses resultados não são novas: além do excepcional crescimento da produção e das exportações chinesas, contribuíram para a crise as condições macroeconômicas adversas.

A perda de competitividade dos calçados gaúchos decorre, em larga medida, do tipo de ajuste realizado pela indústria calçadista gaúcha frente às mudanças estruturais da década de 90 (abertura econômica indiscriminada e estabilização monetária com real valorizado), que indicavam a necessidade de alterações na forma de inserção desses produtores no mercado internacional.

No ajuste às novas regras competitivas, as empresas buscaram a redução de custos, a diversificação e a ampliação dos mercados externos, estratégias que não lograram, contudo, impedir as subseqüentes quedas acentuadas na produção e nas exportações de calçados, resultando em perda de participação no mercado internacional. Em 1999, a desvalorização do real possibilitou a retomada das exportações, embora a produção ainda enfrentasse sérios entraves. Tal recuperação, no entanto, teve fôlego curto, visto que foi interrompida, dessa vez, pela crise argentina e pela desaceleração da economia norte-americana, principais mercados dos calçados gaúchos.

Para sobreviver nesse cenário, além das estratégias de diversificação e ampliação dos mercados externos, algumas empresas procuraram reposicionar seu produto: sair do segmento de calçados padronizados e de preços baixos (*commodity*), para ingressar na produção especializada em calçados de maior valor agregado, vendidos em nichos de mercado e em volumes menores. Para tanto, as empresas, principalmente as de médio e grande portes, investiram em qualidade dos produtos, *design* e marca, com o apoio do Programa de Promoção das Exportações (Brazilian Footwear), iniciativa conjunta da Abicalçados e da Apex-Brasil, que vêm incentivando a mudança no modelo exportador: venda de calçados com marca e *design* próprios e controle dos canais de distribuição.

A implementação dessa estratégia explica o crescimento das exportações em 2004, favorecido pelo aumento no preço médio do calçado. Tal fato repetiu-se em 2005: queda nas quantidades e elevação mais do que proporcional nos preços. Embora a tendência à elevação do preço médio tenha permanecido nos dois anos seguintes, a queda no número de pares

exportados é bem superior à variação positiva nos preços. Esse resultado mostra o fôlego curto de uma estratégia de recuperação e conquista de mercado baseada na agregação de valor e na diversificação de clientes, em um ambiente de continuada valorização da moeda nacional.

A recuperação da competitividade dos calçados gaúchos, nesse contexto de real valorizado e concorrência chinesa, requer um esforço conjunto de empresas, entidades de classe e Governo, no sentido de buscar uma nova forma de reinserção externa, através do contínuo aumento do valor agregado dos produtos do setor e da ampliação de mercados, diversificando os canais de comercialização. Às empresas, cabe investir em pesquisa e tecnologia e em *design* e comercializar com marca própria; e, ao Governo, cabe a implementação de medidas que desonerem o setor, compensando os prejuízos causados pelo real valorizado: diminuição de impostos e dos encargos trabalhistas, criação de linhas de financiamento e ressarcimento do crédito do ICMS, atendendo a antigas reivindicações de empresas e entidades de classe.

Evolução da produção e da exportação de calçados no Rio Grande do Sul — 2002/07

PERÍODOS	TAXA ACUMULADA DA PRODUÇÃO (1) (%)	EXPORTAÇÃO		
		Valor (US\$ 1 000 FOB)	Quantidade (1 000 pares)	Preço Médio (US\$ FOB)
2002	1,79	1 195 121	116 188	10,29
2003	-4,43	1 185 759	118 864	9,98
2004	0,69	1 324 947	122 076	10,85
2005	-5,2	1 363 542	101 113	13,49
2006	-8,8	1 317 034	84 265	15,63
Jan.-abr./06	-5,97	430 856	32 456	13,27
Jan.-abr./07	-10,34	423 504	27 980	15,14

FONTE: PIM-PF-IBGE.
Secex-MDIC.

(1) Os dados têm como base igual período do ano anterior e referem-se a calçados e a artigos de couro.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/CEES)

Evolução do associativismo sindical no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre 1992 e 2005

O poder de barganha dos sindicatos é indicado pela densidade sindical — a parcela da População Economicamente Ativa (PEA) associada a sindicatos. Evidências empíricas indicam que, entre 1992 e 2005, houve, no Rio Grande do Sul, um relativo declínio da força dos sindicatos, ao passo que, no Brasil, ocorreu uma leve elevação. Isso se expressa na queda de 2,2 pontos percentuais da densidade sindical estadual, que passou de 24,9% para 22,7%. Essa evolução, no entanto, não aconteceu uniformemente dentro da economia. Nas áreas urbanas, a densidade sindical declinou — passando de 22,6% para 18,3% —, principalmente em função da queda do associativismo na indústria de transformação, ao passo que, nas áreas rurais, houve um aumento, passando de 31,0% da PEA para 37,4%.

No Brasil, o aumento do poder sindical está expresso na elevação da densidade sindical em 1,0 ponto percentual, no mesmo período (15,6% da PEA nacional em 1992 e 16,6% em 2005). O aumento da densidade ocorreu em função do significativo incremento do associativismo sindical nas áreas rurais, que passou de 13,7% em 1992 para 21,8% em 2005. Nas áreas urbanas do País, a densidade sindical declinou, passando de 16,3% da PEA nacional a 15,5%. A despeito da elevação dos índices brasileiros, no ano de 2005, a densidade sindical nacional ainda não havia atingido os patamares do associativismo sindical do Estado.

Densidade sindical total e por situação do domicílio no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1992 e 2005

ANOS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1992	15,6	16,3	13,7	24,9	22,6	31,0
2005	16,6	15,5	21,8	22,7	18,3	37,4

FONTES DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE.

Walter Arno Pichler (FEE/CEES)

Um cenário otimista para a produção de trigo em 2007

A safra de grãos 2006/2007, no Brasil e no Rio Grande do Sul, tem sido, até o momento, bastante satisfatória. Com a colheita da safra de verão praticamente encerrada, as expectativas voltam-se para a safra de inverno, especialmente para a produção de trigo.

A cada novo levantamento oficial, tem ocorrido um acréscimo nas expectativas referentes à produção dessa lavoura com relação ao ano anterior. De acordo com as últimas estimativas (de abril de 2007, do IBGE), o aumento previsto na produção da lavoura de trigo na safra atual, em relação ao volume produzido em 2006, chega a atingir, no caso do Brasil, um percentual superior a 50% e, para o Rio Grande do Sul, beira os

40%. Considerando-se que há um pequeno decréscimo com relação à previsão referente à área cultivada com trigo na safra atual, conclui-se que as estimativas estão levando em conta importantes ganhos de produtividade, que deverão ser confirmados, desde que não ocorram os problemas climáticos enfrentados por essa cultura na safra anterior. Mais ainda, à primeira vista, há um crescimento substancial da produção, mas, se for comparada com a da safra de 2005, verifica-se que, mesmo com o aumento previsto para este ano, o volume a ser produzido ficaria em torno de 18% abaixo do obtido no Brasil e no Rio Grande do Sul, naquele ano.

Produção de trigo do Brasil e do Rio Grande do Sul — 2005-07

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO (toneladas)			VARIÇÃO %	
	2005	2006 (1)	2007 (1)	2006-07	2005-07
Brasil	4 658 790	2 481 831	3 779 322	52,28	-18,88
RS	1 389 731	823 112	1 135 472	37,95	-18,30

FONTES: Produção Agrícola Municipal-IBGE.

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (abril de 2007)-IBGE.

(1) Estimativas.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br



Ainda é tempo

A economia internacional vive excepcional conjuntura desde 2003. Nela, vêm prevalecendo elevada liquidez e rápido crescimento da atividade produtiva (4,9% a.a.) e do comércio entre as nações (15,8% a.a.). Em vista de tal conjuntura, as economias nacionais têm contado com incomum liberdade para expansão.

Contudo, no Brasil, cresce-se lentamente (3,4% a.a.). Uma das razões para tanto é a corriqueira política de juros elevados. Pelo menos atualmente, a mesma política causa estranheza, já que o comportamento dos preços internos e a situação da contas externas não a justificam. Compromete-se o crescimento econômico no curto e no longo prazo; no primeiro, em decorrência da baixa utilização da capacidade produtiva existente e, no segundo, por restrição do investimento presente e do potencial futuro da oferta.

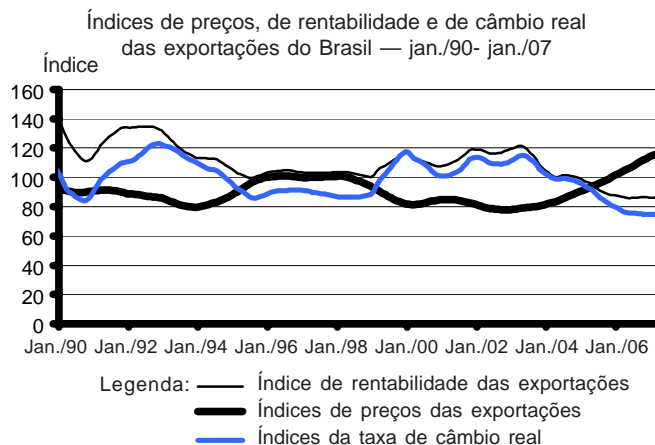
Além disso, não obstante os favoráveis preços internacionais, as elevadas taxas de juros, através da valorização do real, por elas causada, vêm contribuindo para a redução da rentabilidade das exportações do País (gráfico). Com isso, vão-se inviabilizando numerosos contratos de exportação e investimentos a ela voltados. Considerando a observável aceleração das importações no período recente — também ela, em parte, decorrente da valorização cambial —, pode-se concluir que os altos juros ameaçam os saldos em conta corrente conquistados nos últimos anos.

Tais saldos, sabe-se, são essenciais para a contenção da volatilidade dos fluxos de capitais de curto prazo e, por essa via, da cotação do dólar, da inflação e dos juros. Assim, os elevados juros de hoje podem significar elevados juros também no futuro. Com isso, a economia brasileira ficaria condenada ao lento crescimento.

Aumenta o comércio com a China: um desafio para as empresas

Nos últimos anos, verificou-se forte incremento nas transações comerciais do Brasil e do RS com a China, que passou a ser um dos principais mercados de destino das exportações e de origem das importações nacionais e estaduais. Estimuladas pelo elevado ritmo de crescimento da economia chinesa e por um câmbio favorável, as vendas para esse destino cresceram significativamente até abr./04, atingindo 160% em relação ao início do período em análise. A partir daí, em nível nacional, o acréscimo das exportações ocorreu em menor ritmo, com uma taxa de elevação de 67% no período maio/04-abr./07. Já no Estado, as vendas decresceram, por dois sucessivos períodos de 12 meses, até abr./06, devido a problemas climáticos que afetaram as vendas de tradicionais produtos da pauta exportadora gaúcha, como os do complexo soja. Portanto, o intenso acréscimo nestes 12 últimos meses até abr./07 deu-se sobre uma base muito pequena.

A excepcional conjuntura internacional vivida desde 2003 ainda subsiste. Não se sabe até quando prevalecerá. Quando ocorrer seu término, o crescimento econômico tornar-se-á mais difícil. Ainda é tempo...



FONTE: Funcex.

NOTA: 1. Os índices referem-se às médias móveis dos últimos 12 meses.

2. Os índices de rentabilidade das exportações têm como base dez./03 = 100.

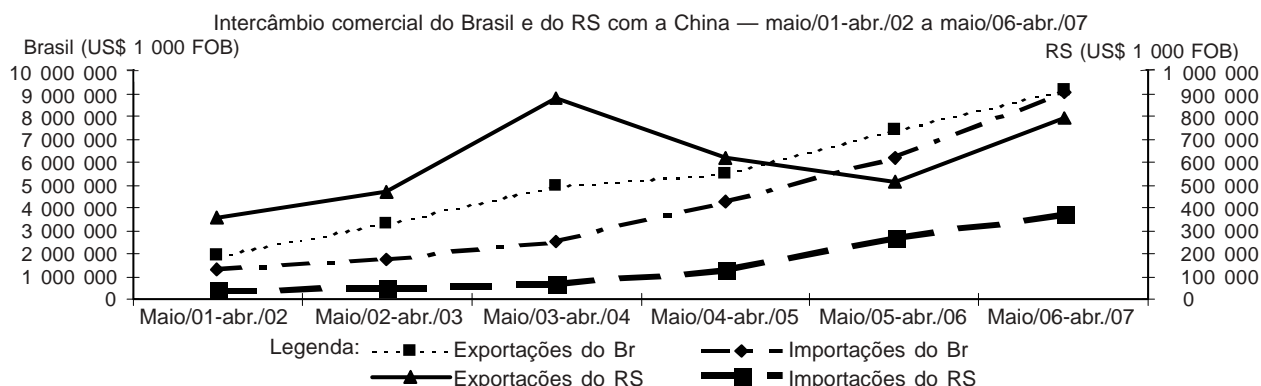
3. Os índices de preços das exportações têm como base a média de 1996 = 100.

4. Os índices da taxa de câmbio real têm como base dez./03 = 100 (R\$/cesta de 13 moedas); índices deflacionados pelo IPA.

Pedro Fernando Almeida (FEE/CEES)

Com a valorização do real, que se acentuou ao longo dos últimos 24 meses, nota-se um elevado crescimento das importações provenientes da China, em especial de materiais eletroeletrônicos, decorrente, em grande parte, da estratégia de integração vertical internacional de empresas no setor.

Apesar do crescimento do intercâmbio comercial com a China nos últimos anos, as exportações brasileiras e gaúchas para esse país ainda estão muito concentradas em *commodities*. Assim, parece ser indispensável a diversificação da pauta de exportações, elevando o valor agregado dos produtos exportados, bem como a ampliação de alianças estratégicas com empresas chinesas, evitando, com isso, as barreiras protecionistas e ampliando a transferência de tecnologia. Esse é o grande desafio.



FONTE: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

Municípios mais populosos do RS em dificuldades para atingir as metas do milênio

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o Fórum de Responsabilidade Social do RS lançaram, em maio, o trabalho **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS**. Essa pesquisa inédita avaliou o desempenho de todos os 496 municípios do Rio Grande do Sul frente a uma série de indicadores socioeconômicos estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e com metas a serem atingidas até 2015.

Com base no diagnóstico dos municípios, utilizaram-se quatro categorizações: **alcançado**, para os municípios que atingiram a meta dentro do período de estudo; **a caminho**, para os que alcançarão a meta em 2015; **avanço lento**, para aqueles que, apesar de melhoras, não atingirão a meta em 2015; e **nenhuma mudança ou mudança negativa**, para os que não melhoraram e/ou apresentaram mudanças negativas e que não atingirão a meta em 2015.

No nível estadual, dos 18 indicadores avaliados, sete já atingiram ou irão atingir as metas propostas, e 11 não avançaram suficientemente. Os maiores desafios a serem enfrentados pelo Rio Grande do Sul são a busca pela igualdade entre os sexos, a redução da mortalidade infantil e de crianças menores de cinco anos, o combate ao HIV/AIDS e à tuberculose e o aumento do acesso dos domicílios à rede geral de esgoto ou pluvial.

A análise dos desempenhos dos municípios com populações acima de 100.000 habitantes, que concentram 44,3% da população do Estado, indica que as maiores dificuldades em atingir as metas do milênio estão concentradas na área da saúde. Indicadores que medem a taxa de crianças com baixo peso ao nascer, a taxa de mortalidade materna e a taxa de incidência do HIV/AIDS entre as mulheres, na faixa etária de 15 a 24 anos, indicam que os Municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Canoas, Santa Maria, Gravataí, Viamão, Novo Hamburgo, Alvorada, São Leopoldo, Uruguaiiana, Sapucaia do Sul, Bagé, Cachoeirinha, Santa Cruz do Sul, Guaíba e Bento Gonçalves terão grandes dificuldades, nesses indicadores, para atingirem as metas da ONU até 2015. Rio Grande e Passo Fundo estão em uma situação um pouco melhor.

Por ser baseado no desempenho dos municípios durante um determinado período de tempo, não se pode afirmar que um município classificado com **alcançado** possua indicadores absolutos melhores do que um que esteja na categoria **nenhuma mudança ou mudança negativa**. Por exemplo, na meta que estipula reduzir pela metade, entre 1991 e 2015, a propor-

ção dos indivíduos com rendas domiciliares *per capita* inferiores a meio salário mínimo, Porto Mauá, com 0,2% da população da Capital do Estado, está classificado como **alcançado**, pois diminuiu esse indicador de 59,9% em 1991 para 29,0% em 2000. Já Porto Alegre, embora presente, em 2000, um percentual de 11,3%, está classificado como **nenhuma mudança ou mudança negativa**, pois esse percentual se elevou em relação aos 11,0% de 1991.

As informações com o mapeamento dos problemas estão disponíveis. Agora, cabe à ação pública organizar-se, para reverter esse quadro de insuficiência, alcançando, com isso, em 2015, as metas da ONU.

Indicadores de municípios com mais de 100 000 habitantes que se encontram em maiores dificuldades para alcançar as metas do milênio até 2015, no RS — 2005.

MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 000 HABITANTES	POPULAÇÃO	TAXA DE CRIANÇAS COM BAIXO PESO AO NASCER	TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	TAXA DE INCIDÊNCIA DE HIV/AIDS ENTRE AS MULHERES NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 24 ANOS
Porto Alegre	1 428 696	NM	NM	NM
Caxias do Sul	404 187	NM	NM	NM
Pelotas	342 513	NM	NM	NM
Canoas	329 174	AL	NM	NM
Santa Maria	266 042	NM	NM	NM
Gravataí	264 953	NM	AL	NM
Viamão	256 709	AL	NM	NM
Novo Hamburgo	255 317	NM	NM	NM
Alvorada	210 233	AL	NM	NM
São Leopoldo	209 611	AL	NM	NM
Rio Grande	195 392	NM	AC	AA
Passo Fundo	185 279	NM	NM	AA
Uruguaiiana	134 928	NM	NM	NM
Sapucaia do Sul	133 944	NM	AL	NM
Bagé	121 299	NM	NM	NM
Cachoeirinha	119 699	NM	AL	NM
Santa Cruz do Sul ..	117 949	NM	NM	NM
Guaíba	104 055	AL	NM	NM
Bento Gonçalves ...	102 452	NM	AL	NM

FONTE: FEE/CIE/NIS.

NOTA: 1. AA significa alcançado.

2. AC significa a caminho.

3. AL significa avanço lento.

4. NM significa nenhuma mudança ou mudança negativa.

Helios Puig Gonzalez (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.06.07).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grando e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.